

Produção agropecuária, risco alimentar e mercado; algumas reflexões a partir da Europa

Wilson Schmidt

“Febre aftosa, ‘vaca louca’, marés negras, efeito estufa... A mão invisível não tem mais condições de assegurar a regulação dos novos riscos resultantes da atividade do mercado. Longo tempo colocado sob suspeita pelo mercado – e contente demais de lhe transferir suas responsabilidades – o poder público é, hoje, fortemente solicitado a reabilitar a noção de interesse geral.”

Jornal Le Monde, 12 de março de 2001

“Os consumidores europeus têm ‘misturado’ a resistência que eles têm aos transgênicos com os seus temores com a febre aftosa e com a ‘vaca louca’. Quem manda é o mercado. Nesse momento, estamos nos beneficiando das restrições aos transgênicos. Enquanto cresce a paranóia, vamos enfiando nosso franguinho e nosso porquinho por lá. Os europeus estão ‘perplexos e acabaram misturando tudo’.”

Márcio Fortes, secretário-executivo do Ministério da Agricultura do Brasil, 9 de março de 2001

Paranóia, perplexidade, mistura, confusão. Estes são os termos que dominam as análises sobre o consumidor europeu no Ministério da Agricultura do Brasil. Essa análise é mais do que ilustrativa de um comportamento do tipo “oportunista” e “mercado-cêntrico” e nos parece ser o resultado de uma visão superficial e restrita ao curtíssimo prazo. É

verdade que ela é confortada pelas notícias veiculadas por jornais brasileiros. Por exemplo, no primeiro bimestre de 2001, as vendas de frango para a Europa cresceram 161,90% em relação ao mesmo período do ano passado. E, é claro, é correta a associação que fazem os jornalistas deste crescimento com a doença da “vaca louca”. Mas o que está acontecendo na Europa neste momento? Por que os principais jornais europeus falam de uma “crise da criação animal”? Por que os principais termos usados pela imprensa européia são: pesadelo, escândalo, catástrofe, ciclone, sismo?

Quanto ao mercado, se é verdade que, neste momento, os preços da carne suína e de aves crescem bastante, a de bovinos decresce significativamente e, globalmente, o consumo geral de carne diminui. Como afirmou um atacadista francês, depois de meses com imagens de abatedouros (eram mostrados os abates de bovinos e os testes para identificação da doença da “vaca louca”), expor as grandes fogueiras de animais (em cada propriedade suspeita da presença do vírus da febre aftosa, todos os animais são abatidos e, logo em seguida, queimados) no *Jornal Nacional* – na hora em que as pessoas estão jantando – era o que faltava para, definitivamente, “tirar o sabor da carne”.

Mas o principal de tudo isso é que, na Europa, a visão de que “quem manda é o mercado!”, que parece ser o lema do Ministério da Agricultura brasileiro, precisa ser bastante relativizada. O que se discute, de forma mais profunda, são as perspectivas da Política Agrícola Comum (PAC) da Comunidade Européia (CE). E, por extensão, quais as condições de manter um sistema de produção do tipo produtivista que, como é sabido (ou deveria ser...), sempre foi e continua sendo, em qualquer lugar do mundo, inclusive no Brasil, fortemente dependente dos subsídios públicos.

Lembremos que, na Europa, o

sistema de agricultura produtivista foi implantado primeiramente na Grã-Bretanha e, depois, se generalizou por outros países europeus. Que a “vaca louca” começou ali e, depois, se alastrou. E que, agora, a origem da epizotia de febre aftosa é a mesma. O editorial do jornal *Le Monde Diplomatique*, do mês de abril, destaca que em nome da desregulamentação, nos anos 80, os governos de Margareth Thatcher viraram as costas para o princípio da precaução e chegaram à quase destruição da rede nacional de veterinários. Mais do que isso, desde 1991, para economizar dois bilhões de reais e favorecer as exportações, proibiu a vacinação dos animais. O próprio ministro da Agricultura da França, durante uma entrevista coletiva realizada em 11 de abril, após uma reunião dos ministros europeus, afirmou que, hoje, o Reino Unido não tem condições para enfrentar a crise da febre aftosa porque “os ingleses, que quebraram com entusiasmo os serviços públicos durante os anos Thatcher, sofrem, hoje, as conseqüências”. Assim, a propagação da febre aftosa só pode suscitar comentários contundentes.

Para alguns, a febre aftosa, logo após a segunda crise da “vaca louca” (outubro 2000), indica o esgotamento de um sistema de produção (o produtivista), o que vai exigir da Europa uma reflexão profunda sobre a sua agricultura e a sua pecuária. Entre eles está o midiático José Bové. O que seria previsível, considerando que ele é líder da Confederação Camponesa da França, sindicato agrícola que exerce forte oposição às políticas produtivistas. Mas o próprio ministro da Agricultura inglês, Nick Brown, em uma entrevista coletiva, se perguntou: “a industrialização forçada (da agricultura) não seria em parte responsável?” Analistas mostram que a Grã-Bretanha tem as maiores unidades de produção agrícola



la, as maiores indústrias alimentares e as maiores cadeias de distribuição da Europa. O número de abatedouros, por exemplo, passou de 1.400, em 1990, para 400, em 1999. A forte influência dessa concentração extrema sobre a rapidez de propagação da doença foi reconhecida por diversos estudiosos (os animais percorrem distâncias importantes entre a fazenda e o abatedouro; mais eles viajam e mais eles se estressam, ficam mais frágeis, se expõem à doença e contaminam, na passagem, outros rebanhos). A própria rapidez de propagação é, aliás, indicada como um testemunho da crise do sistema agropecuário. Ressalte-se que a maior parte dos editorialistas da imprensa inglesa têm conclamado o governo a conduzir a agricultura para métodos mais suaves e menos produtivistas.

Mais longe foi o primeiro-ministro da Alemanha, G. Schroeder, que, após a detecção do primeiro caso de “vaca louca” naquele país, evocou os “50 anos de mau desenvolvimento na agricultura e na indústria alimentar” e manifestou o desejo de “re pensar a agropecuária” e de acabar com as produções “industrializadas”. Denunciando o discurso feroz dos representantes dos lobbies das grandes agroindústrias, transformou o Ministério da Agricultura em Ministério do Consumo, da Alimentação e da Agricultura (a ordem é importante!) e reorientou a política agrícola em favor de “uma agricultura mais respeitosa dos consumidores e do meio ambiente”. A nova ministra, Renate Kuenast, uma reconhecida liderança

do Partido Verde, fixou como seu principal objetivo assegurar que, em cinco anos, pelo menos 10% da produção agrícola alemã seja orgânica (hoje é de pouco mais de 2%). Para ela, “o futuro econômico dos agricultores só será assegurado se produzirmos de forma mais natural”. Ora, a Alemanha, que, desde o nascimento da PAC, faz uma espécie de arbitragem desta política (entre as posições da França, seguida pelos países do sul da Europa e os outros países da CE), vai determinar uma espécie de reviravolta ao exigir uma mudança profunda da política conduzida pela União Européia. Como destacou um dos líderes do DBV, principal sindicato agrícola alemão: “Renate Kuenast não pediu a reforma da PAC porque ela é ecologista do Partido Verde, mas simplesmente porque é isso o que querem os eleitores”. O ponto que marcou os cidadãos-consumidores alemães foi a política de abate/destruição de bovinos sadios (!) com mais de 30 meses, para corrigir o mercado de carne (leia-se: sustentar os preços) na Europa¹. Em suma, na política de abate/destruição, os animais são conduzidos ao abatedouro e mortos. O criador é remunerado pelo Estado, assim como o abatedouro. Depois, há a transformação em farinha animal. Para isso, a indústria de farinha animal também é remunerada pelo Estado. Como o consumo deste produto não é mais permitido (para alimentação de bovinos há a interdição desde 1990; para a de porcos e aves, a partir de novembro de 2000), estoques custosos se acumulam e há importantes subsídios públicos para que a indústria de cimento o

utilize como fonte de calor nas suas caldeiras. Neste primeiro semestre de 2001, a previsão é de um abate de quase 2 milhões de cabeças na Europa seguindo este sistema². É sem dúvida eficaz para manter tudo como está, mas o rompimento da ligação entre produção agropecuária e alimentação levanta fortes questionamentos éticos e sobre o destino dado aos recursos arrecadados dos contribuintes³. É preciso lembrar que o orçamento agrícola europeu foi fixado em aproximadamente 85 bilhões de reais para 2001, absorvendo a metade do orçamento total da CE. Ora, se até na crise da “vaca louca” os europeus aceitaram, sem grandes recriminações, que os agricultores absorvessem todo este volume de recursos, a sucessão dos chamados escândalos alimentares faz com que eles percebam o outro lado da moeda. E, em 4 meses, o mecanismo bem lubrificado que a PAC levou 40 anos para construir começa a emperrar. O “Conselho agrícola europeu sobre a doença da ‘vaca louca’”, realizado em final de fevereiro último, foi um fracasso. Chegando logo em seguida, a crise da febre aftosa veio representar um novo e rude golpe. O agravamento desta crise gerou pressões por uma nova onda de indenizações, com conseqüências econômicas difíceis de administrar no quadro atual dos limites orçamentários, o que só fará agravar as divergências no seio da CE.

Por tudo isso, a situação atual da criação animal européia é julgada como de “incêndio”. Para o presidente francês, de uma coalisão de parti-

1. Usando como exemplo a Alemanha, depois da revelação do primeiro caso de “vaca louca” no país, seguido de uma fortíssima queda do consumo da carne bovina (-60%), seus preços caíram 24% (na Europa como um todo a queda é de 30% no consumo e 40% no preço). Os agricultores afirmam que com este novo preço perdem de 500 a 1.000 marcos por animal vendido. A menor queda dos preços na Alemanha pode ser explicada pelo crescimento de 60% das vendas de carne bovina resultante de produção orgânica, cujos preços permaneceram estáveis.

2. Estima-se que nos próximos cinco anos, apenas para a doença da “vaca louca”, serão gastos 3,4 bilhões de reais para melhor detectar os animais doentes, destruí-los, reciclar as farinhas proibidas e indenizar os agentes da cadeia produtiva.

3. A crise da febre aftosa, que leva à destruição dos animais, permite compensar parcialmente a superprodução de carne bovina ligada à “crise da vaca louca”. Ao mesmo tempo, a diminuição das exportações implica a baixa proporcional dos custos ligados aos subsídios. Já havia um forte debate sobre a racionalidade puramente econômica da CE, que leva a considerar que “queimar é mais rentável que congelar e estocar”. O argumento da medida sanitária atenuou, num primeiro momento, a resistência à política de destruição.

Conjuntura

dos de direita, “não é no momento do incêndio que se vai refazer a casa. É preciso salvar os móveis, e é isso o que fazemos”. “Salvar os móveis”, neste caso, significa, salvar os agricultores produtivistas⁴. No caso da produção vegetal, esses agricultores, frente às exigências da sociedade, encontram uma saída – sem sair do modelo produtivista – através da agricultura racional, integrada ou de precisão. Trata-se da idéia de usar os mesmos insumos, mas os menos agressivos ou mais específicos, na dose certa, na hora certa, de forma a prejudicar menos a natureza. No caso da pecuária, no entanto, a saída se mostra bem mais difícil para eles. Depois de terem defendido, em nome da produtividade e da competitividade, a utilização de farinhas animais e a concentração da produção, é preciso realmente que alguém lhes salve os móveis.

É verdade que quando se fala em agricultura e, especialmente, em pecuária, é difícil pensar que as coisas se transformam no curto prazo. Mas em termos de política agrícola, da parte da direção da CE, caminha-se, numa lógica de médio prazo, para uma reorientação da PAC, buscando uma agricultura de qualidade, menos produtivista. E sempre cortando despesas. O próprio primeiro-ministro francês, o socialista Lionel Jospin, reconhece que a França não poderá ser obstáculo à evolução da política agrícola europeia em direção a uma agricultura menos intensiva. Recentemente, como resultado de um conselho agrícola informal da Comunidade Europeia, realizado nos dias 9 e 10 de abril, na Suécia, foi

anunciado pela ministra sueca (como presidente do conselho) que “os quinze” (países da CE) desejam que “o consumidor esteja no centro da política agrícola de amanhã”.

Ora, os consumidores europeus fazem cada vez mais uma distinção entre a boa comida e o rango nocivo (uma tradução livre de “malbouffe”, como é chamada pelos franceses). As noções de segurança alimentar⁵ e de qualidade se fortalecem. E, ao contrário do que pensa o secretário executivo do Ministério da Agricultura brasileiro, é impossível separar a opção de aderir ao uso de transgênicos, ou ao uso de hormônios de crescimento nos rebanhos, ou ao uso de antibióticos na alimentação animal, das crises da “vaca louca”, da dioxina e da febre aftosa. Tudo isso é percebido pelo cidadão e consumidor europeu como conseqüências de uma forma industrial de produção agropecuária.

Pânico e psicose, ou até medo irracional, são expressões utilizadas pelos tecnocratas tomadores de decisão, quando o cidadão comum adota uma posição de precaução. Trata-se muito mais de um descontentamento e de uma inquietação mais do que legítimos. Legitimidade que, aliás, é plenamente reconhecida pela CE. Todos os problemas de risco alimentar são imediatamente encaminhados às instâncias européias para que sejam tomadas decisões que respeitem as normas européias (e não as de um país específico).

No caso da febre aftosa, em 1991, as autoridades da CE, por razões essencialmente comerciais, dividiram o mundo em países limpos e países sujos, procurando, é claro, ficar entre os

primeiros. Apenas dez anos depois, uma crise desta mesma febre lhes serve de indicador de que é todo o modelo produtivista de produção vegetal e de criação animal que está em xeque. E a CE se dá conta de que é necessária uma revisão profunda das políticas de desenvolvimento rural.

Enquanto isso, no Ministério da Agricultura brasileiro, as posições sobre questões centrais e estratégicas – com grande peso, no longo prazo, para a agricultura e o desenvolvimento rural brasileiros –, como a da moratória para os produtos transgênicos, oscilam segundo as possibilidades de curto prazo de enfiar nosso porquinho ali, ou nosso franguinho acolá.

Parece uma simples decisão técnica e mais um ato de esperteza, sem maiores conseqüências. Mas, como diz Lawrence Bush (sociólogo e diretor do Instituto de Normas Alimentares e Agrícolas da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos), “hoje é precisamente nestes sujeitos técnicos que nós decidimos quem nós somos e como nós iremos viver”.

Agradecimentos

O autor agradece aos professores Renato Maluf (CPDA/UFRRJ) e Ademir Cazella (ZDR/UFSC), que fizeram uma primeira leitura crítica e apresentaram sugestões.

Wilson Schmidt, professor do Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural/UFSC, bolsista da Capes em pós-doutorado junto ao Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain/Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – CRBC/EHESS, e-mail: wshmidt@mbox1.ufsc.br.

4. Este posicionamento precisa ser compreendido à luz da forte pressão que exerce sobre o governo da França a corrente majoritária do sindicalismo agrícola francês. Esta corrente (Federação Nacional dos Sindicatos de Produtores Agrícolas – FNSEA/Centro Nacional de Jovens Agricultores – CNJA) se consolidou, dentro de uma relação estreita com o Estado francês, sob uma lógica hiperprodutivista, procurou sempre negar as derivas e os problemas da industrialização da agricultura e conseguiu constituir a categoria social (uma minoria entre os próprios agricultores) mais apoiada da Europa e o setor mais subsidiado da França.

5. Expressão usada na Europa como sinônimo de segurança dos alimentos (ou “food safety”) e não como no Brasil, ligada ao abastecimento alimentar ou ao acesso da população aos alimentos (ou “food security”).

